



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GAVIÃO

ATA N.º 2/2013 (Novo Mandato)

---Pelas 15 horas, do dia 9 de novembro de 2013, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu em Sessão Extraordinária a Assembleia Municipal, contando com as seguintes presenças: Jorge Manuel Martins de Jesus, João José Correia Valério, Isabel Maria Dias Martins, António da Rosa Marques, Carlos Manuel Godinho G. Arês, Fábio Miguel Florindo Gomes, Helena Sofia Porfírio Domingos Tapadas de Matos, João da Silva Rufino, João Manuel Duarte Brites, José Júlio Delgado Cabeça, José Manuel Praia Neves, Júlio Manuel E. Churro Catarino, Manuel Medeiros Morais Silva, Maria Hermínia da Conceição Louro, Martina Marcelino de Jesus, Paulo Jorge Serra dos Santos, Paulo Manuel Alfaiate Pires, Rui Manuel Fernandes Vieira. -----

Esteve ausente a deputada municipal Maria José Freitas Nogueira F. Ferreira, tendo justificado a sua ausência. Foi substituída por Pedro Miguel Martins Areias. -----

Compareceu o Senhor Presidente da Câmara, José Fernando da Silva Pio e assistiram os Senhores Vereadores, António Manuel Gomes Severino, Jorge Marques dos Santos, Paulo José Estrela Vitoriano de Matos e Saul Manuel Ferreira dos Reis Pereira. -----

--- O senhor **Presidente, Jorge Manuel Martins de Jesus**, cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a sessão. -----

--- No período antes da Ordem do Dia questionou a forma preferencial para remessa dos documentos, tendo os deputados municipais indicado a preferência pela receção via eletrónica (email), à exceção dos senhores João Rufino, João Brites e Paulo Serras que informaram preferir receber os documentos em papel. Na ausência da senhora deputada Maria José Ferreira, o senhor deputado Carlos Godinho Arês, solicitou que os seus documentos sejam também remetidos em papel, para a próxima sessão, devendo a mesma pronunciar-se depois relativamente à sua preferência. -----

De seguida informou que todos os membros irão beneficiar do seguro da Associação Nacional de Municípios Portugueses, devendo para o efeito preencher o impresso próprio, distribuído no decorrer da presente sessão. ----

Comunicou também que serão distribuídos impressos próprios correspondentes às senhas de presença e despesas de transporte, que serão pagas em cada uma das sessões. -----

Solicitou que, todas as ausências dos deputados municipais sejam comunicadas formalmente, por escrito. -----

Saudou o senhor Presidente da Câmara Municipal e os senhores vereadores. Pediu a todos os deputados que, no exercício do mandato, mantenham o respeito pela Lei e boa educação, de forma a dignificar o Órgão para que foram eleitos. -----

Informou que, no próximo dia 23 de Novembro irá decorrer em Santarém o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Todos os municípios têm habitualmente três representantes, mas este ano o Município de Gavião terá quatro, uma vez que ele próprio estará presente na qualidade de Membro Efetivo do Conselho Geral da ANMP. -----

De seguida solicitou ao senhor Presidente que prestasse alguns esclarecimentos sobre a eleição do Presidente da CIMAA. -----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou todos os presentes e esclareceu que, tem sido mantido um acordo partidário que define que a Presidência da CIMAA caberá ao partido com maior número de municípios. Nas recentes eleições autárquicas os resultados ditaram seis autarquias para o PS, seis autarquias para o PSD, duas para a CDU e uma para Independentes. O Partido Socialista tinha maior número de votos e não foi fácil uma solução consensual. Foi acordada uma presidência alternada, dois anos PSD/Dr. Armando Varela (presidente da Câmara Municipal de Sousel) e nos restantes dois anos PS/ Dr. Nuno Mocinha (presidente da Câmara Municipal de Elvas), sendo o terceiro elemento do executivo o Dr. Nuno Silva (presidente da Câmara Municipal de Avis). -----

Tomou a palavra o senhor **deputado municipal Carlos Arês** que cumprimentou todos. Afirmou que, para ele, é um regresso, uma vez que teve o orgulho de pertencer ao executivo municipal, na qualidade de vereador. Registou com agrado a intenção do senhor Presidente da Assembleia envolver todas as forças políticas na escolha dos representantes da Assembleia. Informou que, salvaguardando as divergências de opinião, os deputados do PSD estarão disponíveis para trabalhar em prol do Município de Gavião, mantendo sempre o respeito e dignidade por todos os partidos representados na Assembleia Municipal. -----

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia deu início à Ordem de Trabalhos: -----

PONTO UM – Apreciação e eventual aprovação da Ata da 1.ª Reunião; ----

Tendo sido previamente distribuída, dispensou-se a leitura da ata. Colocada a votação foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

PONTO DOIS – Informação da Situação Financeira do Município, à data de 18/10/2013; -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal fez um breve enquadramento, explicando que, tendo havido uma mudança de protagonistas e uma vez que a Prestação de Contas só será apresentada em Abril, considerou pertinente uma apresentação sucinta e parcial das contas à data do último dia do mandato anterior. -----

Informou que a apresentação será realizada pelo primeiro secretário da assembleia, João Valério, por ser um elemento alheio ao exercício a que dizem respeito as contas e por deter conhecimentos na área da contabilidade. Informou ainda que será entregue a cada uma dos grupos municipais, um exemplar dos documentos contabilísticos em análise. -----

O **senhor Primeiro Secretário** tomou a palavra, afirmando que fará uma apreciação informativa, sem análise exaustiva, e com base no Balancete e Mapas Contabilísticos e Orçamentais à data de 18 de outubro de 2013. Começou por sublinhar a elevada taxa de execução do PPI 2010/2013 que atingiu 81,22% refletida no aumento da qualidade de infraestruturas e vida social no nosso concelho, fazendo ênfase á grande gestão e obra feita. -----

Referiu que, à data de 18 de outubro de 2013 o passivo de curto prazo assumia apenas o valor de 72.952,00€, dos quais 35.509,00€ eram dívidas a fornecedores, 22.278,00€ pagamentos ao Estado e 10.505,00€ correspondiam a retenções na fonte de IRS e que quaisquer destas dívidas estavam a decorrer dentro dos prazos de pagamento normais, considerando-as

“insignificantes” devido ao volume de encargos assumidos, sublinhando a ausência de empréstimos de tesouraria ou outros de curto prazo. Os Financiamentos de médio e longo prazo assumem o valor de 1.653.399,32€, sendo financiamentos com prazos de amortização a 20 anos e inicialmente contratados em 3.109.769,93 €, estando nesta data amortizados em cerca de 53%-----

Relativamente aos ativos, os saldos em caixa correspondiam a 11.647,00€ e os depósitos 1.264.709,00€. Os ativos, em termos de verbas a receber assumiam o valor de 206.000,00 euros, correspondentes ao reembolso do IVA e 205.000,00€ relativamente a recebimentos de candidaturas aprovadas e executadas. -----

Considerou que a soma dos Ativos disponíveis era superior aos Passivos de curto e médio e longo prazo e o Município poderia, se quisesse, ter liquidado de imediato todos os empréstimos. A situação financeira do Município é de facto muito positiva, o que tem sido refletido no Anuário dos Municípios Portugueses, da responsabilidade da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Terminou a sua exposição com duas considerações, referindo que os resultados contabilísticos líquidos dos exercícios de 2010 a 2012, foram positivos e ascenderam no seu total a € 2.063.883,45 €, esperando-se um resultado positivo para 2013. De referir por último que no balancete á data da análise estão refletidos rendimentos/ proveitos, que já recebidos, serão imputados aos exercícios seguintes, refletindo-se nos indicadores de gestão e resultados futuros do Município de uma forma muito positiva, de acordo com regras contabilísticas, num total de 5.716.551,74 €. -----

O senhor Presidente agradeceu a exposição objetiva, credível. Acrescentou que as normas de controlo do endividamento são fixadas pelo Orçamento de Estado, pelo Governo e pela DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais. O limite fixado para o Município de Gavião, no endividamento a médio e longo prazo é de 4.148.748,00 euros. No último mandato não houve recurso ao crédito. A possibilidade de aceder a empréstimo é grande. Lembrou ainda que a célebre Lei dos Compromissos complicou muito a vida aos executivos municipais e o desrespeito pela mesma pode dar direito a penalizações grave. Esclareceu que não se fez abordagem às existências em armazém, porque esse controlo só ocorre em dezembro. -----

PONTO TRÊS – Apresentação, discussão e eventual aprovação do Regimento da Assembleia Municipal; -----

O senhor Presidente informou que o documento que foi previamente disponibilizado para análise de todos os membros da Assembleia, foi adaptado à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro. Colocou o documento à discussão: -----

O senhor deputado municipal Carlos Arês propôs que fosse nomeada uma comissão, com representantes de cada partido, para melhorar o documento.

O senhor Presidente afirmou que todas as propostas são positivas. Trata-se de um documento simples, com base no Regimento que vigorou no último mandato, embora tenha sido adaptado à nova Lei. Respeita a proposta do senhor deputado, mas a Assembleia Municipal precisa do documento para funcionar. Informou ainda que o documento foi sujeito a apreciação do consultor jurídico do Município de Gavião, Dr. António Montalvo. -----

Colocou o documento a votação, tendo sido aprovado por maioria, com 11 votos a favor e 8 abstenções. -----

PONTO QUATRO – Eleição dos diversos membros da Assembleia Municipal, aos lugares de inerência de funções (ANMP, Assembleia Distrital, Conselho Municipal Cinegético, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Conselho Municipal de Educação, Universidade Sénior de Gavião, Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo); -----

O senhor Presidente apresentou o fundamento legal dos escrutínios que se seguem e propôs que as votações fossem feitas por lista e não nominalmente.

Todos os presentes concordaram com a proposta. -----

Apenas o Partido Socialista apresentou listas, tendo sido apurados os seguintes resultados: -----

- Eleição de Autarca de Freguesia para a Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----

O grupo municipal do PS propôs o Presidente da Junta de Freguesia de Margem – José Manuel Praia Neves. Foi aprovado por maioria, com 12 votos a favor e 7 votos brancos. -----

- Eleição de Autarca de Freguesia para a Assembleia Distrital; -----

O grupo municipal do PS propôs o Presidente da Junta de Freguesia de Margem – José Manuel Praia Neves. Foi aprovado por maioria, com 12 votos a favor e 7 votos brancos. -----

- Eleição de Autarca de Freguesia para o Conselho Cinegético Municipal; -

O grupo municipal do PS propôs o Presidente da União das Freguesias de Gavião e Atalaia – José Júlio Delgado Cabeça. Foi aprovado por maioria, com 11 votos a favor, 6 votos brancos e 2 contra. -----

- Eleição de representantes na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; -----

O grupo municipal do PS apresentou uma proposta composta por Manuel Medeiros Morais Silva, António da Rosa Marques, Helena Sofia Domingos Tapadas de Matos, Paulo Jorge Serra Santos. Foi aprovado por unanimidade.

- Eleição de representantes no Conselho Municipal de Educação; -----

O grupo municipal do PS propôs que os representantes sejam o Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Manuel Martins de Jesus e a Presidente da Junta de Freguesia de Belver, Martina Marcelino de Jesus. Foi aprovado por maioria, com 12 votos a favor, 6 votos brancos e 1 contra. -----

- Eleição de representantes na Universidade Sénior de Gavião; -----

O grupo municipal do PS apresentou uma proposta composta por Júlio Manuel E. Churro Catarino e Maria Hermínia da Conceição Louro. Foi aprovado por maioria, com 13 votos a favor, 5 votos brancos e 1 nulo. -----

- Eleição de representantes na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo; -----

O grupo municipal do PS propôs uma lista composta por João José Correia Valério, Carlos Manuel Godinho G. Arês como efetivos e Paulo Manuel Alfaiate Pires, como suplente. A proposta foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor e 2 votos brancos. Os autarcas de freguesia não participaram na votação, por se encontrarem impossibilitados, nos termos da Lei n.º 75/2013 de 1 de setembro. -----

---PONTO CINCO – Apreciação e eventual autorização prévia, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, da assunção de compromissos plurianuais. -----

- Contratação de prestação de serviço de assessoria, na área da Psicologia, a formalizar com **EVA BRANQUINHO NEVES**, pelo valor de 2.803,46€, a liquidar em 2013 e 14.017,30€ a liquidar em 2014; -----
Colocado a votação, foi aprovado por maioria, com sete abstenções. -----

- Aluguer de Autocarros para transporte dos alunos do Jardim de Infância e Primeiro Ciclo de Comenda e Vale de Gaviões, para participação nas Atividades de Enriquecimento Curricular, a contratar à empresa **Rodoviária do Alentejo**, pelo valor de 720,80€, no ano 2013 e 3.604,00€ para 2014; -----
Colocado a votação, foi aprovado por maioria, com duas abstenções. -----

- Participação no projeto da **CIMAA “Cartografia e SIG**, que contempla os serviços de licenciamento de software, formação, instalação e apoio técnico. Os custos a assumir em 2013 serão de 5.249,73€ e em 2015, de 583,30€; ----
Colocado a votação foi aprovado por maioria, com duas abstenções. -----

- Contratação do fornecimento de energia elétrica às instalações municipais alimentadas em Baixa Tensão Normal, ao abrigo do Acordo Quadro da Central de Compras da CIMAA, celebrado com a **EDP Comercial – Comercialização de Energia, SA.** . O encargo previsto para 2013 é de 1,23€ e para 2014, 2015 e anos seguintes é de 66.000,00€; -----
Colocado a votação, foi aprovado por maioria, com uma abstenção. -----

Foi ainda aprovada, por unanimidade a Autorização Prévia da reprogramação dos seguintes compromissos: -----

- Aquisição de serviço de **Limpa Coletores**, contratada com a empresa ÁGUAS DO NORTE ALENTEJANO. Estando previsto o encargo de 2.853,50, para dezembro de 2013 e 12.000,00€ para 2014; -----

- Contratação de **mão-de-obra de Construção Civil**, contratada com a empresa URBIGAV. O encargo previsto para dezembro 2013 é de 22.024,68€ e para 2014 de 70.000,00€; -----

- Aquisição de serviço de **Lava Contentores**, contratada com a empresa VALNOR, com o custo previsto para 2013 de 5.600,00€ e para 2014 de 7.253,50€; -----

- Contratação de **mão-de-obra de calceteiro**, formalizada com João Manuel Carvalho Beato, pelo valor de 5.000,00€ em 2013, 8.463,00 em 2014 e 8.000,00 em 2015; -----

- Concurso Público de **aquisição de gás propano a granel**, para a Piscina Municipal, estando previsto o valor de 4.000,00€ para 2013, 62.000,00€ para 2014 e 58.000,00€ para 2015. -----

PONTO SEIS = Apreciação, discussão e eventual tomada de posição sobre “Serviços Públicos no Concelho de Gavião”; -----

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o assunto a discussão. -----

Interveio o deputado municipal Manuel Morais, em representação do Grupo Municipal do Partido Socialista, manifestando a preocupação daquele grupo municipal, em relação à “**prestação de cuidados de saúde no concelho de Gavião**”, em especial o encaminhamento dos utentes para os hospitais de Portalegre, Elvas e Évora. Por se tratar de documento extenso, dá-se o mesmo como aqui transcrito, ficando uma cópia anexa à presente ata, considerando-se parte integrante da mesma. O deputado municipal propôs que a Assembleia Municipal aprovasse a tomada de posição e da mesma desse conhecimento, por ofício, dirigido ao senhor Primeiro Ministro, Ministro da Saúde e deputados do distrito. -----

O deputado municipal Carlos Arês, em representação do Grupo Municipal do Partido Social Democrata interveio concordando que não faz sentido encaminhar os utentes do concelho de Gavião para o Hospital de Portalegre, pois sempre estivemos mais ligados a Abrantes. Mas as regras impostas aos diretores dos conselhos de administração dos hospitais implicam a contenção de custos. -----

Se os utentes do concelho de Vila de Rei têm direito a escolher o hospital para onde são encaminhados, os do concelho de Gavião devem ter também esse direito. -----

Mas considera que a Assembleia Municipal não deve focar a atenção no Governo PSD. Se o partido do Governo mudar, este problema vai manter-se. Deve construir um discurso que valha para situações futuras. Equilibrado e lógico, sem ataque político. -----

Afirmou que o grupo municipal do PSD estaria disponível para acordo de tomada de posição, que valha em qualquer situação, com este ou outro governo. A posição da Assembleia deve respeitar as posições de todos e ser apartidária. Se o Governo disser que, se querem ir para Abrantes, devem enquadrar-se na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, a Comenda ficaria dividida do resto do concelho.-----

O senhor deputado municipal Manuel Morais comunicou que falou deste Governo, mas se o Governo mudar manterá a sua posição, se a população do concelho continuar a ser prejudicada. -----

O senhor Presidente da Assembleia lembrou ao deputado Carlos Arês que não estava a tratar-se do assunto divisão administrativa do território, mas do direito ao Serviço Nacional de Saúde da população do nosso concelho. Percebe a sua dificuldade em abordar este assunto, pois está a repetir as posições do Governo, sem concordar com elas. Em reuniões ocorridas no passado, entre a

Câmara Municipal de Gavião e a ULSNA - Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano também foi alegada a redução de custos e equilíbrio das contas. Não é com a alteração do encaminhamento dos utentes do concelho de Gavião, obrigando-os a deslocar-se 120 Km que o problema se resolverá.-----
A solução é fácil, uma vez que o Secretário de Estado tomou posição que favorece os habitantes do concelho de Vila de Rei. -----
Exigimos idêntico procedimento e decisão, na defesa dos interesses dos nossos munícipes. -----
Não se trata de um discurso contra o Governo, como referiu o deputado Manuel Morais. Já se tomaram, na Assembleia Municipal de Gavião, posições contra o Governo do mesmo partido. A independência política é assegurada pela defesa dos direitos dos nossos munícipes. Não há qualquer demagogia. O debate tem validade e oportunidade. -----
A proposta de tomada de posição foi aprovada por maioria, com cinco abstenções. -----
De seguida, o deputado municipal Júlio Catarino apresentou a posição do Grupo Municipal do Partido Socialista, **contra a redução do período de atendimento dos Serviços Locais de Agricultura e Florestas**. Por se tratar de documento extenso, dá-se o mesmo como aqui transcrito, ficando uma cópia anexa à presente ata, considerando-se parte integrante da mesma. O deputado municipal propôs que a Assembleia Municipal aprovasse a tomada de posição e da mesma desse conhecimento, por ofício, dirigido à senhora Ministra da Agricultura e ao Diretor Regional de Agricultura do Alentejo. -----
A senhora deputada municipal Helena Tapadas questionou se o documento lido serviria de base para as posições a assumir pela Assembleia Municipal. –
O senhor deputado João Brites perguntou há quantos anos funciona o atendimento em apenas uma manhã. Tendo o deputado Júlio Catarino esclarecido que a situação se verifica desde o início de Novembro. Há 2 anos funcionava em 3 manhãs. -----
O senhor deputado municipal Pedro Areias questionou o número de atendimentos semanais em média. -----
O senhor deputado Júlio Catarino informou que se registam cerca de 40 atendimentos por mês (10 por semana). Mas os atendimentos que dizem respeito à floresta não são contabilizados. O Gabinete Técnico Florestal contacta telefonicamente os serviços de Ponte de Sôr para dar resposta aos utentes que ali se dirigem e encontram a porta fechada. O problema não é o número de atendimentos, mas o esvaziamento dos serviços públicos. A redução dos serviços prestados reduzirá ainda mais a procura. -----
A proposta de tomada de posição foi aprovada por maioria, com cinco abstenções. -----
A senhora deputada municipal Maria Hermínia Louro realizou intervenção acerca do **anunciado encerramento da Repartição de Finanças de Gavião**, à semelhança do previsto para 80% das repartições do distrito de Portalegre. Por se tratar de documento extenso, dá-se o mesmo como aqui transcrito,

ficando uma cópia anexa à presente ata, considerando-se parte integrante da mesma. A deputada municipal propôs que a Assembleia Municipal aprovasse a tomada de posição e da mesma desse conhecimento, por ofício, dirigido ao senhor Ministro das Finanças e ao Diretor de Finanças do Distrito de Portalegre. -----

O senhor deputado Carlos Arês afirmou que comunga das angústias partilhadas pela senhora deputada Hermínia Louro. O encerramento de Finanças é muito negativo e vai potenciar a desertificação do interior. -----

Lembrou que foi convocado para “apreciação, discussão e eventual aprovação de tomadas de posição”, não para aprovar um documento que já estava feito. Considera que deveria haver uma redação que não tivesse conotação partidária. As intervenções não foram exageradas, mas foram as posições do PS. Apesar de concordar no essencial, nas questões colocadas, não concorda com a metodologia utilizada. Propôs que fosse constituído um grupo de trabalho para preparar um documento apartidário. -----

A proposta de tomada de posição foi aprovada por maioria, com cinco abstenções. -----

A senhora deputada Hermínia Louro lembrou que todos os deputados receberam a convocatória e podiam ter preparado tomadas de posição. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal felicitou todos os deputados municipais que fizeram intervenções sobre temas importantes para a vida do nosso concelho. -----

O Governo tem ânsia de encerrar serviços públicos, onde são mais importantes. -----

Comunicou que tem conhecimento de utentes que não realizaram exames médicos, por exemplo, por falta de recursos, uma vez que os custos de transporte são em muitos casos avultados. -----

A atividade agrícola é importante para a subsistência das populações. A manipulação do número de atendimentos foi estratégia para legitimar o eminente encerramento do serviço de atendimento. -----

Em relação às Repartições de Finanças, é sabido que há intenção de encerrar 80% dos serviços no Distrito de Portalegre. Tem conhecimento que há, em outros concelhos, posições assumidas por todos os partidos políticos. Atrás deste encerrarão, decerto, outros serviços públicos. O Guião de Reforma do Estado, que foi apresentado pelo Vice-Primeiro Ministro fala em agregação de Municípios. Será o fim dos municípios de pequena dimensão, em termos populacionais. Mais uma vez será penalizado o interior do país. Enquanto Presidente da Câmara Municipal de Gavião defende que as posições devem ser tomadas nesta sessão, porque os assuntos são importantes e urgentes. Os documentos aprovados poderão sustentar posições a assumir pelo executivo municipal. -----

Encerrado este ponto, o senhor Presidente da Assembleia agradeceu as intervenções realizadas, afirmou que não é admissível apreciar a prestação de serviços públicos no interior, em territórios de baixa densidade, com

fundamentos quantitativos, porque senão encerram todos, e questionou se algum dos elementos do público presente queria intervir. Aproveitou também para saudar o munícipe Hipólito Reis, Presidente da Assembleia que cessou recentemente o seu mandato. -----

Pedi a palavra a munícipe Sílvia Palma, casada, com 2 filhas e residente em Gavião. Afirmou estar chocada com as abstenções registadas na aprovação das tomadas de posição. Considerando que os respetivos deputados municipais estão a ver as questões como políticas, sem se preocuparem com a defesa da população. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu a munícipe que o assunto das tomadas de posição já estava encerrado e que não tem enquadramento, nem aceita reaberturas de pontos da Ordem de Trabalhos com fundamento em intervenções do público, neste período. -----

O senhor deputado Carlos Arês pediu para usar a palavra em defesa da honra. Afirmou que respeita todas as opiniões e as outras pessoas também têm de respeitar as suas. Ninguém tem o direito de ficar “chocado” com as posições assumidas pelos deputados. Na essência é a favor das posições assumidas, mas contra a metodologia adotada. Não aceita ser constrangido pelo público, pelas suas opiniões. -----

O senhor Presidente da Assembleia lembrou ao senhor deputado municipal que o termo “chocado” não pôs em causa a sua honra. Aconselhou-o a ter uma atitude pedagógica também junto de outras pessoas com a mesma ideologia política. -----

Não havendo mais assuntos a tratar nesta sessão, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a mesma, eram dezassete horas e trinta minutos, pelo que, de tudo para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e por mim Isabel Maria Dias Martins, segunda secretária, que a redigi e também subscrevo.

O Presidente da Assembleia Municipal

(Prof. Jorge Manuel Martins de Jesus)

A segunda-secretária

(Isabel Maria Dias Martins)